

Economia

terá ação do Estado

Brasil

TRIBUNA DO BRASIL

21 JUL 2004

MINISTRO DO PLANEJAMENTO, GUIDO MANTEGA, CRITICA O “MODELO NEOLIBERAL” E DIZ QUE, COM O PLANO PLURIANUAL, GOVERNO RETOMARÁ PODER DE INTERVENTOR

O ministro Guido Mante-
ga (Planejamento) criti-
cou, ontem, o “modelo
neoliberal” aplicado no país nos
últimos dez anos. Segundo ele,
está sendo adotado um novo
modelo, no qual o Estado tem
maior participação na econo-
mia. “Passamos um período da
economia brasileira de ori-
entação neoliberal. Acreditaram
que a ação do mercado seria su-
ficiente para resolver as des-
igualdades sociais e regionais.
O que se verificou ao cabo de
uma década dessa política ne-
oliberal é que isso não é possível,
que o mercado não pode resolver
o problema”, afirmou.

Segundo Mantega, o Estado,
a partir do Plano Pluriannual
(PPA), retoma sua condição de
interventor na economia. Além
de fazer políticas sociais, o papel
do governo, diz ele, é o de in-
vestir e fomentar a área de infra-
estrutura. Para fechar suas con-
tas, o país dependeria dos superávits
na balança comercial, em vez de se apoiar nos investi-
mentos estrangeiros.

Para os empresários, porém,
o crescimento econômico passar
pela redução dos impostos. Se-
gundo eles, o crescimento sus-
tentado da economia brasileira
tão defendido pelo governo fede-
ral pode ser comprometido pela
elevada carga tributária. A evalua-
ção é de Omar Carneiro da Cu-
nha, coordenador-geral da Ação

Empresarial, fórum que reúne
empresários e associações de di-
versos setores do país.

“O consenso entre os em-
presários é de que não temos
condições para um crescimento
sustentado acima de 2%”, afir-
mou Cunha.

O governo projeta uma ex-
pansão de 3,5% para o PIB (Pro-
duto Interno Bruto) em 2004.
Cunha considera que esse
crescimento é inevitável, princi-
palmente em razão dos setores
que são competitivos no merca-
do internacional. No entanto, ele
avalia que não há como o país
sustentar uma expansão nesse
patamar por mais de três anos
se não forem dadas as condições
para o crescimento.

Na avaliação dele, a carga
tributária elevada inibe novos
investimentos, o que pode travar
o crescimento em algum mo-
mento. “Temos hoje uma carga
tributária totalmente desalinhada
com nossos principais com-
petidores no mundo”, disse. A
Receita Federal arrecadou R\$
153,745 bilhões no primeiro se-
mestre deste ano, o que repre-
senta um crescimento real (já
descontada a inflação) de
10,36% sobre o mesmo período
do ano passado.

Dados do IBGE (Instituto
Brasileiro de Geografia e Estatís-
tica) do primeiro trimestre do
ano mostram que a carga tri-
butária brasileira (somando a

arrecadação de tributos fede-
rais, estaduais e municipais) to-
talizou R\$ 155,11 bilhões —
14,2% superior a igual período
de 2003 —, o equivalente a
40,01% do PIB do país, contra
38,96% no primeiro trimestre do
ano passado.

“A maior preocupação do
empresariado hoje no Brasil é
com o nível da carga tributária.
Isso afeta a confiança dele e os
investimentos”, afirmou.

Ele criticou, por exemplo, o
aumento da Cofins para 7,6%
no início deste ano e propõe ao
governo que reduza a alíquota
para 6,1%. Cunha citou a re-
dução temporária do IPI (Impos-
to sobre Produtos Industrializa-
dos) para as montadoras no ano
passado, que provocou au-
mento das vendas de carros e, conse-
quentemente, de arrecadação
para a Receita. O ministro da
Fazenda, Antonio Palocci, afir-
mou ontem que pode haver uma
desoneração da folha de paga-
mento para compensar o au-
mento na contribuição previ-
denciária de empresas. O gover-
no estaria planejando enviar ao
Congresso um projeto que re-
duziria a cobrança de impostos
que as empresas pagam para ter
funcionários contratados. “Es-
tamos absolutamente incrédu-
los com essa promessa de que o
governo vai fazer alguma coisa
para compensar o aumento de

alguns tributos.”